

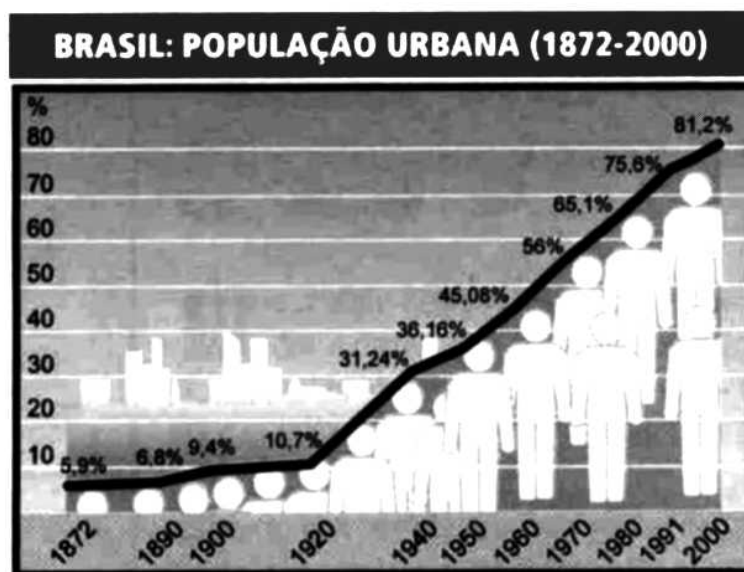
Novas tendências do urbano no Brasil

Prof. Paulo Victor Ribeiro

a) Introdução.

Os estudos que dizem respeito às dinâmicas do espaço urbano apresentam especial destaque na Geografia. Isso porque as cidades são, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração e de densidade viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital. Em outras palavras, nas cidades é possível diminuir o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização da produção e do consumo de um bem industrializado. A cidade reúne quantitativa e qualitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho.

Não deve haver nenhuma dúvida acerca do quanto à industrialização e a urbanização fazem parte de um mesmo processo. A identidade entre os dois fenômenos é tão forte, que não podemos fugir da sua análise, se queremos refletir sobre a sociedade contemporânea. Foi justamente a partir dos anos 1920/30, quando se instalou um processo mais vigoroso de crescimento industrial no Brasil, é que a taxa de urbanização no país passou a aumentar em ritmo mais intenso.



ANUÁRIO estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. v. 58./IBGE.
Disponível em: <www.ibge.gov.br/presidencia/noticias/21122000_1.shtm>.
Acesso em: 9 fev. 2001.

Os critérios para definir cidade e população urbana variam muito de um país para outro. Em alguns, uma aglomeração, para ser considerada cidade, precisa ter no mínimo 40 mil habitantes, em outros 20 mil e, em certos países, até mesmo 2 mil habitantes ou menos podem ser classificadas como população urbana. O importante é que essa população não dedique a maior parte do seu tempo às atividades primárias, e sim às atividades secundárias e terciárias. Em todo caso, qualquer que seja o critério utilizado, observarmos que nas últimas décadas a população urbana cresceu a um ritmo bem maior que a rural, praticamente em todas as partes do mundo.

No Brasil, o IBGE reconhece como cidade os aglomerados urbanos que cumprem o papel de abrigar as sedes das unidades de gestão (prefeituras) dos mais de 5.561 municípios existente no país, independente do total de habitantes que residam no aglomerado. Outros aglomerados urbanos, que não aqueles que abrigam essas sedes, não têm o status de cidade atribuído pelo IBGE. De qualquer forma, definir as fronteiras entre o que é espaço urbano e rural no Brasil nem sempre é uma tarefa das mais simples...

"[...] a partir de 1991 o IBGE definiu três **categorias de áreas urbanas** (urbanizadas, não-urbanizadas e urbanas-isoladas) e quatro tipos de **aglomerados rurais** (extensão urbana, povoado, núcleo e outros).

Todavia, em vez de abolida ou amenizada, acabou sendo fortalecida pela nova nomenclatura essa rígida e vetusta convenção de que toda sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for sua função, dimensão ou situação.

Nada disso teria muita importância de fossem poucos os casos de sedes municipais que exercem irrisória pressão antrópica sobre ecossistemas pouco artificializados, às vezes quase intocados.

No entanto, a grande maioria dos municípios brasileiros tem essas características. Basta dizer que em 70% deles as densidades demográficas são inferiores a 40 hab./Km², enquanto o parâmetro da OCDE para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab./Km².

Por este critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos.

[...]

A distorção chega a tal ponto, que mesmo populações indígenas ou guardas florestais de áreas de preservação são considerados urbanos, caso suas ocas ou palhoças estejam no interior do perímetro de alguma sede municipal ou distrital.

São inúmeros os casos de municípios com população irrisória e ínfima densidade demográfica, mas com altíssima 'taxa de urbanização'.

Por exemplo, municípios como Ipuá (SP), Paranapanema (PR), Itapoá (SC) ou Minas do Leão (RS) têm menos de 12 mil habitantes e menos de 35 por km², mas 'taxa de urbanização' superior a 90%.

Isso para não citar municípios como Vitória do Jarí (AP), com 8.850 habitantes, 0,3 por km², mas 80% de 'urbanização'."

VEIGA, José Eli da. *O Estado de São Paulo*. 30 de junho de 2001.

* vetusta - Muito velho; antiqüíssimo; antigo.

* OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos.

Polêmicas à parte, é fato que o crescimento dimensional e populacional das cidades, notadamente aquele decorrente da industrialização, sempre promove uma inversão nos papéis desempenhados por elas, tanto no plano social, como no político e econômico. Com a industrialização em elevados níveis, o espaço urbano fortalece a sua condição de foco produtivo de bens e serviços, levando o campo a uma condição de subordinação, o que estabelece entre campo e cidade uma relação de centro-periferia.

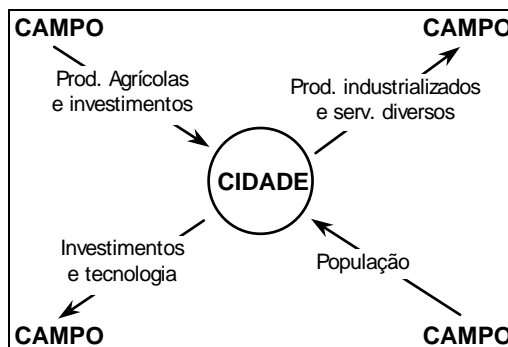
Até as primeiras décadas do século XX, num contexto anterior a uma industrialização mais intensa, era o campo que se impunha sobre as cidades no Brasil, apresentando uma maior participação na formação do PIB nacional e servindo de berço das mais destacadas lideranças políticas do país.

Mas vivemos em outros tempos, como é possível constatar no gráfico.



O contínuo aumento da produção industrial e de serviços, combinado à elevação da concentração de população nas cidades, condenou o espaço rural a se voltar cada vez mais para atender as necessidades do capital, este concentrado nas mãos de grandes corporações empresariais orientadas para a produção de bens industriais e serviços diversos. Prova disso, reside no fato de que nos dias de hoje a produção agrícola consumida no mercado interno brasileira se destina essencialmente aos mercados urbanos. Isso deixa claro que a sociedade e a economia rural estão estruturadas e organizadas quase que exclusivamente para atender aos interesses do capital urbano. O intenso fluxo de brasileiros, que se movimentaram para as cidades ao longo do século XX, notadamente a partir dos anos 1930, é outra evidência deste fato.

Observe o esquema, que sintetiza a subordinação do campo à cidade:



Além de tudo, fica evidente que as relações de troca são absolutamente desiguais, o que acaba por continuamente possibilitar uma maior concentração de capitais nas cidades, fazendo crescer o seu poder sobre o campo e reforçar a sua condição de berço das mais importantes lideranças políticas do país.

Por fim, devemos lembrar que o modelo capitalista de produção no Brasil também criou raízes no campo, subordinando-o aos interesses do capital industrial e financeiro. Assim, podemos dizer que campo e cidade, apesar de serem espaços bastante diferenciados, fazem parte de um todo.

Nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no mundo, observamos que a própria diferenciação entre o campo e a cidade é cada mais fluida. Na medida em que os meios de comunicação e transportes têm promovido toda uma acentuada densificação dos fluxos em nível nacional, o campo fica continuamente mais sujeito a absorver características típicas dos espaços urbanos, seja em termos técnicos ou até mesmo culturais.

Essa "urbanização do campo" é verificada, principalmente, nas regiões onde as atividades econômicas se mostram mais dinâmicas, com um processo mais intenso de penetração capitalista no espaço agrário. É isso justamente que garante toda uma disseminação de modernidades e urbanidades no espaço agrário, como as retratadas no texto a seguir.

O URBANO NO CAMPO

A modernização da economia em algumas áreas rurais determinou o aparecimento de formas complexas de organização socioeconômica e espacial. Nas regiões de agropecuária mais modernizada, os agricultores acompanham a cotação de mercadorias (insumos e produtos agropecuários) pela Internet, assistem aos mesmos vídeos e programas de TV vistos pelos moradores das cidades e usam roupas semelhantes às usadas pelos moradores das áreas urbanas que possuem o mesmo poder aquisitivo.

Há um intenso fluxo de pessoas entre a cidade e essas regiões, que em geral, possuem como atrativos hotéis-fazenda, flats e spas rurais, lagos de pesca e diversas outras atividades ligadas ao lazer rural e ao ecoturismo. Configura-se, dessa maneira, a presença de variadas atividades do setor terciário no espaço rural. Tal processo vem sendo chamado no Brasil de rururbanização e vem envolvendo um contingente cada vez maior de trabalhadores que associam tarefas típicas do campo a tarefas ligadas às novas atividades surgentes, de caráter essencialmente urbano. São os trabalhadores pluriativos.

	PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA RENDA DO CAMPO (em %)	PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NA RENDA DO CAMPO (em %)
Há cinco anos	56,5	43,5
Hoje	47,9	52,1

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola - Unicamp

(Adaptado de Veja, 19/07/2000)

No caso do Brasil, essa disseminação de urbanidades no espaço rural é mais facilmente percebida na porção centro-sul do país, considerado grande espaço da produção, da circulação e do consumo nacional. Mas é também nesta parte do território nacional, que observamos um processo contrário, porém bem menos intenso, de disseminação de ruralidades nas cidades. Isso é mais notado em regiões onde o campo é suficiente dinâmico a ponto de exercer influência sobre o cotidiano e hábitos das pessoas, como no oeste do Estado de São Paulo. Nesta região, é muito comum que indivíduos de todas as idades façam uso de vestimentas e ouçam músicas que nos remetem a cultura rural, ou então façam questão de manterem em suas garagens grandes caminhonetes 4x4, que nunca são usadas para o transporte de cargas. Tudo em nome de cultivar os valores do campo. Muitas vezes, em razão da subordinação cultural que impera no Brasil, do campo estadunidense.

b) Metropolização e desmetropolização no Brasil.

Dados obtidos no censo realizado pelo IBGE em 1980 já davam sinais evidentes de que o Brasil convivia, paralelamente, com processos de metropolização e desmetropolização. Isso significa que nas últimas décadas do século XX as principais metrópoles brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que continuaram a receber centenas de milhares de migrantes por ano, viram este ritmo de crescimento sofrer uma considerável redução.

A tabela comprova a desmetropolização que se instala a partir dos anos 1980 no Brasil.

BRASIL - Crescimento das Regiões Metropolitanas		
	População que se instala nas Regiões Metropolitanas	% do aumento da população que se instala nas Regiões Metropolitanas
1940-1950	3.052.907	28,75
1950-1960	5.952.919	32,62
1960-1970	8.596.874	37,46
1970-1980	11.259.743	43,37
1980-1991	7.724.586	29,98
1991-1996	3.212.689	31,61

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI* Rio de Janeiro, Record, 2001.

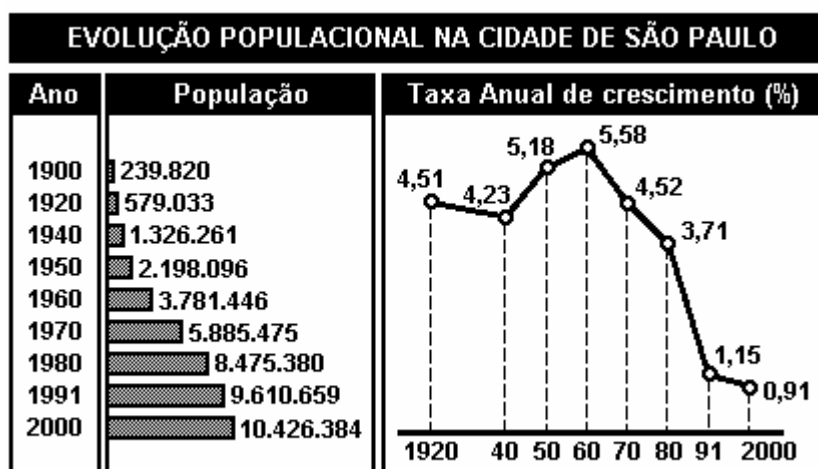
De outra maneira, essa tendência a desmetropolização pode ser constatada na próxima tabela.

Evolução da população das regiões metropolitanas em relação à população total do Brasil (%)			
	1970	1980	1991
São Paulo	8,7	10,6	10,4
Rio de Janeiro	7,6	7,6	6,6
Belo Horizonte	1,7	2,1	2,4
Porto Alegre	1,6	1,9	2,1
Recife	1,9	2,0	2,0
Salvador	1,2	1,5	1,7
Fortaleza	1,1	1,3	1,6
Curitiba	0,9	1,2	1,4
Belém	0,7	0,8	0,9
Total	25,4	29,0	29,1

(Fonte: M. Santos. "A urbanização brasileira".)

Note que, se não houve nos anos 1980 uma redução do percentual de brasileiros residentes em metrópoles, o ritmo de crescimento do percentual de pessoas residentes nessas aglomerações sofreu uma importante queda.

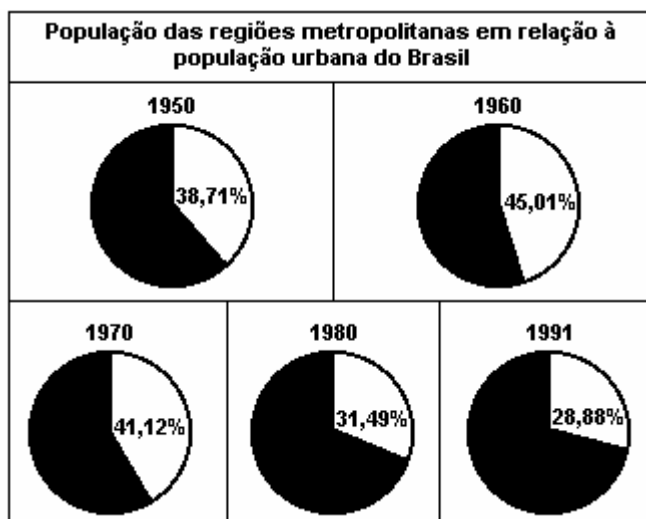
A maior cidade do país, que é o núcleo da metrópole de São Paulo, é um exemplo emblemático desta tendência.



Por outro lado, as cidades de médio porte espalhadas por todo o país, qualificadas pelo IBGE como capitais regionais, tiveram os seus ritmos de crescimento populacional muito intensificado nas últimas três décadas. Observe na tabela como as cidades que apresentam população entre 200 mil e 1 milhão de habitantes tiveram no mesmo período um multiplicador da população consideravelmente maior.

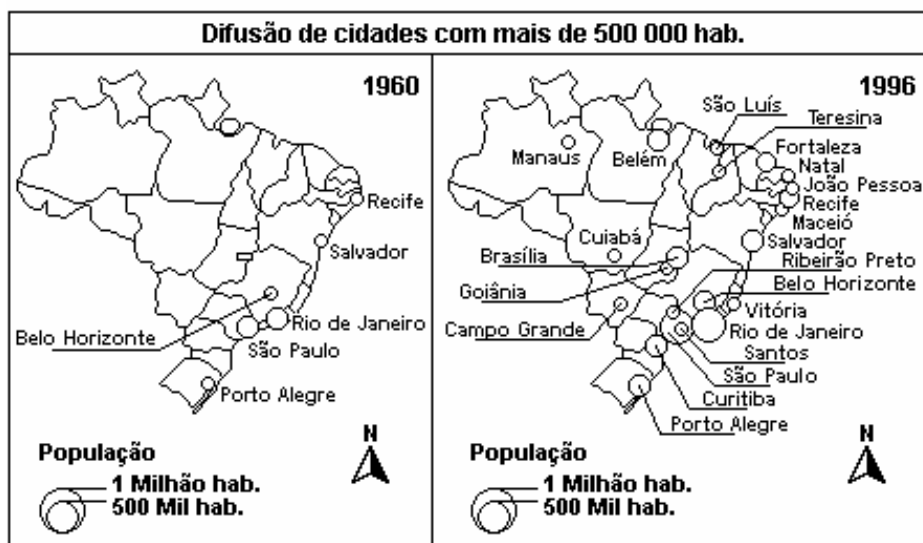
BRASIL - Multiplicador de crescimento demográfico e diferentes categorias de cidades (1950 a 1980)	
200 a 500 mil hab.	5,61
500 mil a 1 milhão de hab.	5,90
1 e 2 milhões de hab.	4,96

Constata-se, assim, que o peso das metrópoles no que diz respeito a abrigar a população brasileira caiu bastante nas últimas décadas, caracterizando um processo de desmetropolização.



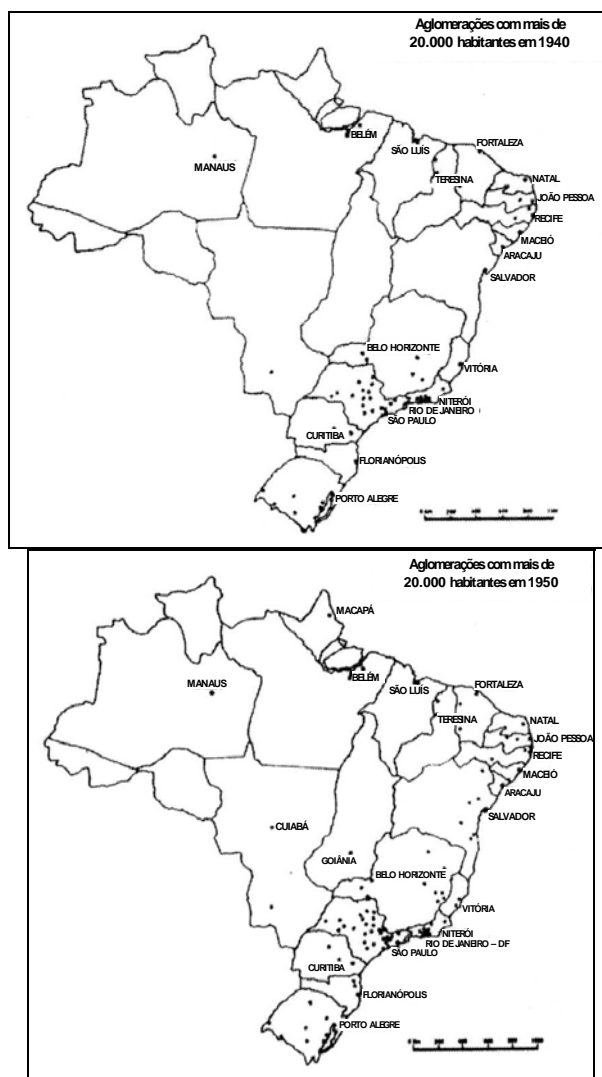
Estaríamos, desta forma, deixando a fase de mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual nos defrontamos, também, com uma urbanização do território.

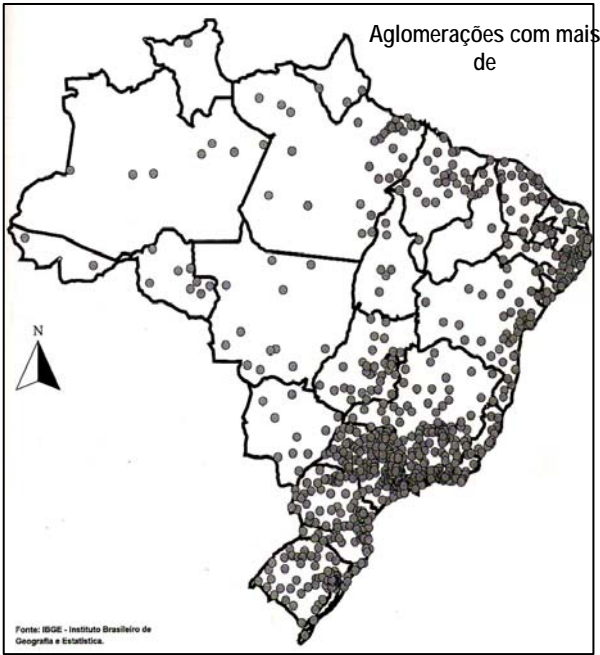
Os mapas que se seguem são a mais evidente materialização desta afirmação.



Adaptado de: SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura.
Brasil: Território e Sociedade. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 54.

O processo de urbanização do território também pode ser constatado quando tomamos como referência a distribuição espacial das cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes nas últimas décadas.





É bom que fique claro que o processo de desmetropolização em curso não anula a metropolização. Havia, em 1980, apenas quatro cidades com mais de meio milhão de habitantes fora das nove regiões metropolitanas reconhecidas naquele ano pelo IBGE. Em 1991, elas já eram nove cidades milionárias, e doze em 1996. Essas aglomerações (Brasília, Manaus, Goiânia, Campinas, São Luís, Natal, Teresina e Campo Grande) somavam 5,11 milhões de habitantes em 1980 e já apresentavam mais de 7,5 milhões em 1991, o que representa um acréscimo de quase 45%, bem superior ao registrado pelas nove regiões metropolitanas existentes naquele ano, que foi de cerca de 22%. Em 2000 elas já abrigavam quase 10 milhões de pessoas.

BRASIL

População residente nos maiores aglomerados urbanos

	1980	1991	1996
Regiões Metropolitanas	34.507.959 9 RMs	42.215.134 9 RMs	45.568.405 9 RMs
Aglomerados com mais de 500 mil hab. Fora das RMs.	5.150.210 4 aglomerações	7.428.345 9 aglomerações	8.487.008 9 aglomerações

Fonte: IBGE

A próxima tabela destaca o crescimento do número de cidades com mais de 100 mil habitantes no período de 1940 a 1996 no Brasil, sem esconder o avanço do processo de metropolização.

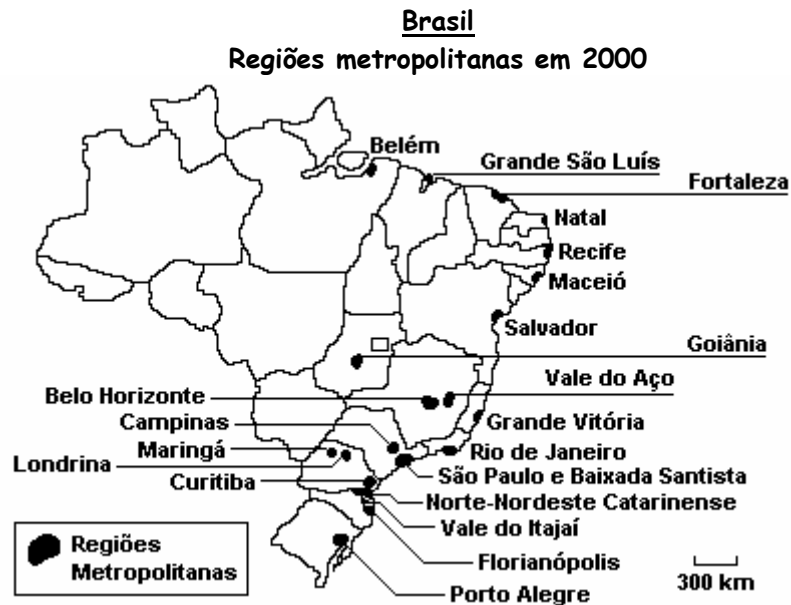
NÚMERO DE CIDADES, SEGUNDO TAMANHO, NO PERÍODO DE 1940 - 1996

Habitantes	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Entre 100 mil e 200 mil	6	4	18	38	56	78	90
Entre 200 mil e 500 mil	4	5	6	15	32	45	61
Mais de 500 mil	2	3	4	8	13	22	24
Mais de 1 milhão	2	2	2	5	9	9	12

Fonte: Santos e Silveira, 2001.

Nas últimas décadas, observou-se um crescimento muito expressivo das cidades com menos de 500 mil habitantes, confirmando a tendência a desmetropolização. A população dessas cidades cresceu mais depressa do que a população urbana total do país, o que confere a essas cidades uma crescente importância, dando origem a novos processos econômicos, sociais e culturais. Mas note, que a mesma tabela aponta um crescimento do número de aglomerações com mais de um milhão de habitantes, que não é nada desprezível. E isso aconteceu mesmo após os anos 1970/80, quando se instalou o processo de desmetropolização no país.

O mapa a seguir oferece mais uma oportunidade no sentido de percebermos que o caráter metropolitano da urbanização brasileira ainda é uma realidade. As nove regiões metropolitanas dos anos 1980 deram lugar a um número bem maior de aglomerados deste tipo, agora presentes em todas as grandes regiões brasileiras. São aglomerações que vivenciaram um crescimento e modernização em nível bem superior aos verificados em outras cidades médias, polarizando mais intensamente os capitais industriais e os fluxos de população, a ponto de se envolverem em processos de conurbação.



Assim sendo, é importante esclarecer que, ao contrário do que pregam muitos "desurbanistas", que acreditam numa retração do processo de urbanização no Brasil com base nos novos números do crescimento urbano em grandes cidades, a urbanização e mesmo metropolização estão longe de se esgotar.

Milton Santos, geógrafo de projeção mundial, reforça esta importante concepção da realidade atual do nosso país em um dos seus vários livros sobre urbanização.

"... As novas relações dentro do território brasileiro estão a nos indicar que o processo de metropolização vai prosseguir paralelamente a um processo de desmetropolização. As maiores cidades continuarão a crescer, enquanto as novas grandes cidades surgirão, com a coexistência de movimentos que só em aparência são contraditórios, porque são obedientes a uma mesma lógica, socioeconômica e geográfica.

O movimento para a metropolização no Brasil ainda não atingiu a saturação alcançada em países centrais (onde a desurbanização já se verifica), nem mesmo se completou "".

Milton Santos - "A urbanização Brasileira"
Editora Hucifec, 1994.

É inegável, contudo, a nítida tendência de maior aglomeração da urbanização em outro nível, fora das regiões metropolitanas. Na verdade, uma desmetropolização que se verifica em paralelo a permanência do fenômeno metropolização.

Por trás desse novo traço característico da urbanização brasileira está um processo de desaglomeração desencadeado pela intensa transferência de empresas de todos os tipos para cidades de porte médio. Trata-se de toda uma interiorização da produção de bens industriais e serviços a partir dos grandes centros de aglomeração, como as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro.

Os elevados níveis de saturação manifestados pela escassez de espaço físico, acentuada degradação dos recursos naturais, extrema densificação dos fluxos, elevada carga tributária e o crescimento vertiginoso da violência levaram as principais metrópoles do país a perderem, em grande medida, o poder de atração sobre a população. De outra maneira, cidades como Campinas, São Carlos, Bauru e São José dos Campos, no Estado de São Paulo, Juiz de Fora e Uberlândia, em Minas Gerais, Resende e Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, Londrina, no Paraná, só para citar alguns exemplos representativos, viram seu poder de polarização sobre a população crescer de modo marcante. Cidades como as citadas são cada vez mais o local do trabalho intelectual, onde se obtêm informações necessárias ao desenvolvimento econômico e palco da

disseminação de modernidades, se constituindo naquilo que há de mais dinâmico no que diz respeito às transformações do urbano brasileiro neste começo de século.

Os aglomerados de médio porte transformaram-se, assim, em cidades onde a demanda por trabalho qualificado é crescente, assim como os investimentos de capital privado na implantação de empresas e do próprio Estado em obras de infra-estrutura (linhas de transmissão de energia, novas rodovias, universidades do alto nível, dutos etc.) e concessão de subsídios. A uma infra-estrutura cada vez mais desenvolvida e as facilidades tributárias garantidas pela renúncia fiscal, somam-se os amplos terrenos disponíveis, a oferta de mão-de-obra menos sindicalizada e qualificada para os padrões nacionais, os modernos eixos viários que ligam muitas das cidades médias aos grandes mercados metropolitanos e aos mais importantes portos do país e os menores índices de violência, como os principais fatores de atração das empresas para as cidades médias.

Desta maneira, as principais metrópoles do país vão gradualmente perdendo seu caráter fabril. Evidentemente, que no caso do Rio de Janeiro, e especialmente de São Paulo, isso se dá paralelamente ao desenvolvimento do seu caráter informacional, ou seja, de centros que promovem a coleta de informações, as armazenam, classificam, manipulam e os utilizam a serviço dos atores hegemônicos da sociedade. Desta forma, São Paulo reformula seu papel na divisão nacional do trabalho, deixando a condição de metrópole fabril e assumindo a condição de centro informacional e de gestão da produção nacional, sem perder a condição de principal centro de poder econômico do país e cada vez mais se consolidando como "cidade global". Essa denominação é conferida às cidades que, abrigando serviços altamente especializados e centros de gestão das mais importantes empresas transnacionais, conseguem se articular de modo intenso com o espaço mundial).

Enfim, o que se assistiu no país nas últimas três décadas foi a emergência de uma *economia nacional de desaglomeração*, em grande medida, apoiada na desindustrialização das metrópoles mais antigas e saturadas da Região Sudeste e na interiorização da produção industrial. Essa desindustrialização teve uma enorme influência na construção das novas espacialidades da urbanização brasileira, em meio a uma desmetropolização que não estanca a metropolização.

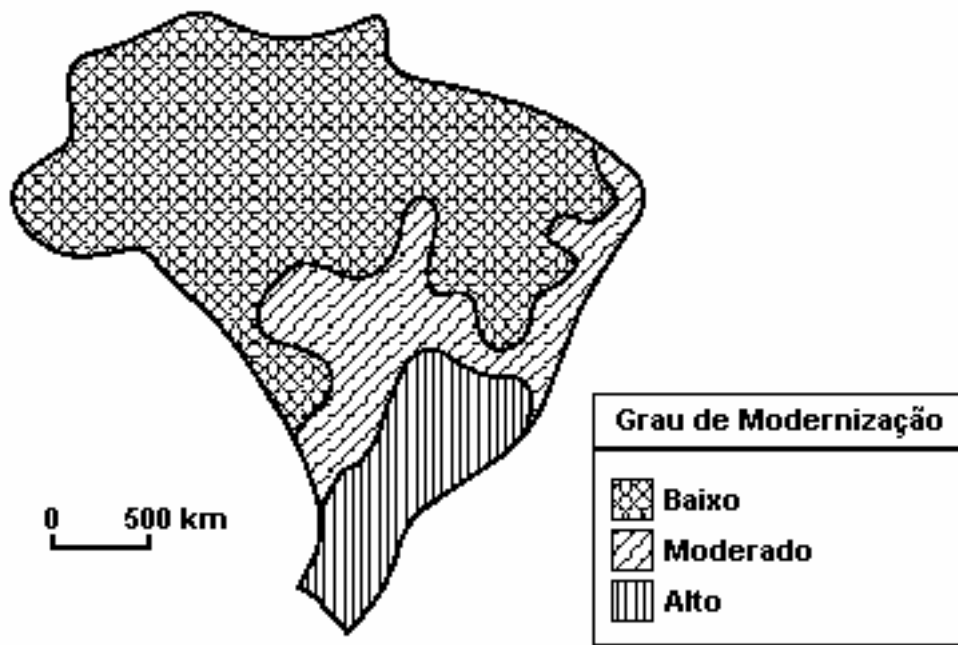
De qualquer forma, paralelamente a tudo isso, fica ainda apontada uma tendência à "involução metropolitana", com todo um importante comprometimento da qualidade de vida nas maiores regiões metropolitanas do país, como São Paulo e Rio de Janeiro.



KEMP. São Paulo 450 anos. Disponível em:
<<http://www.humortadela.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2004.

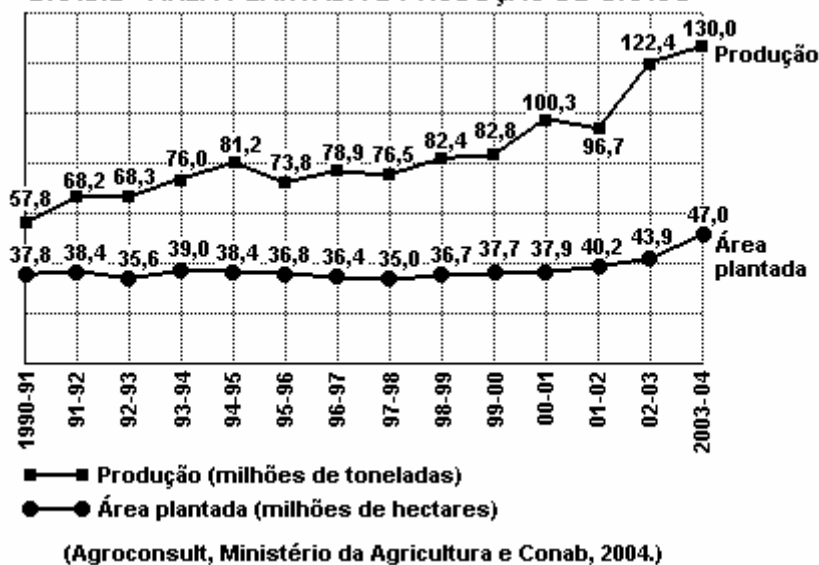
Essa involução ocorre em razão da própria composição orgânica do capital e do espaço dessas metrópoles, que devem continuar acolhendo populações de baixa renda e precariamente qualificadas. No caso, sem oferecer razoáveis perspectivas de ingresso no mercado de trabalho e condições dignas de habitação e acesso a serviços essenciais. Enquanto isso, tudo indica que vamos assistir a uma progressiva melhoria das condições de vida nas cidades médias, notadamente naquelas localizadas no centro-sul do país.

É importante frisar que a desmetropolização sentida nas últimas décadas, com a instalação de um processo vigoroso de interiorização da urbanização no Brasil, esteve associada a outros fatores, que não somente a desaglomeração da produção nacional de bens industriais e serviço a partir das metrópoles do Sudeste. O transbordamento da moderna agricultura empresarial a partir do Estado de São Paulo, desde os anos 1970, teve uma enorme influência na promoção de um ganho crescente de dinamismo quanto ao crescimento e disseminação de modernidades por parte das cidades de médio porte. Mais uma vez, notadamente daquelas localizadas na porção centro-sul do país, região em que se assistiu mais intensamente a expansão da agricultura empresarial, como pode ser constatado na figura a seguir.



O crescimento da produção brasileira de grãos em ritmo muito superior ao do crescimento da área plantada nos anos 1990 é uma clara evidência da intensa penetração capitalista e disseminação de modernidades no espaço agrário brasileiro nas últimas décadas.

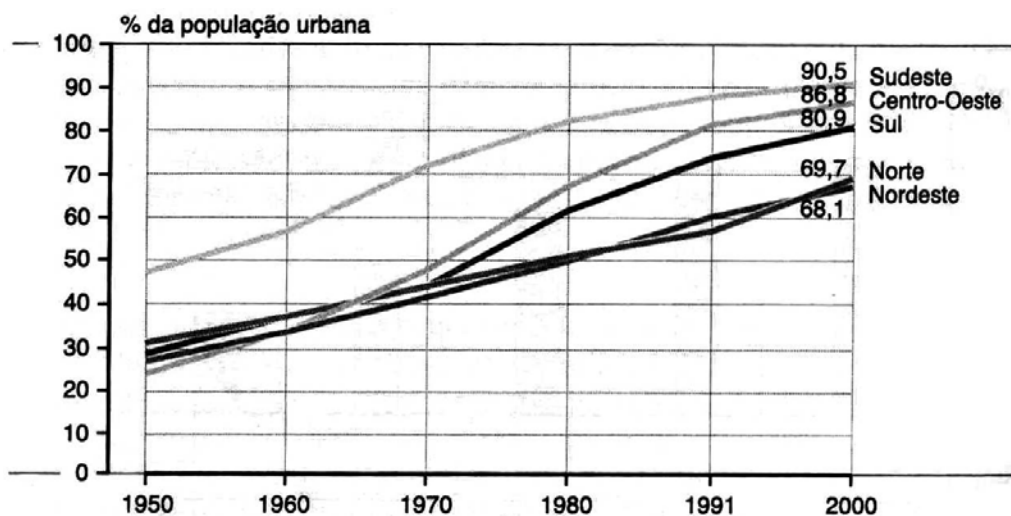
BRASIL - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO DE GRÃOS



Centenas de cidades de médio e mesmo de pequeno porte vivenciaram um acentuado crescimento dos seus tecidos urbanos e toda uma disseminação de modernidades, como forma de oferecer suporte à moderna produção agropecuária. São cidades que passaram a cumprir funções diversas, na medida em que foram desenvolvendo um equipamento urbano destinado a oferecer todo um suporte de infra-estrutura e de serviços à produção no campo (produção e disseminação de novas tecnologias, qualificação da mão-de-obra, estocagem e escoamento da produção, financiamento da produção, comercialização de insumos industriais etc.). Na região Centro-Oeste, por exemplo, o incremento do processo de urbanização está fundamentalmente vinculado a esse fator.

Note no gráfico a seguir como a taxa de urbanização na região Centro-Oeste foi impulsionada nas últimas décadas em razão do intenso processo de penetração capitalista e de modernidades no espaço agrário desta parte do território nacional. Com uma taxa de urbanização baixa os anos 1960, a região apresenta atualmente uma taxa inferior somente a da Região Sudeste. Mesmo a Região Sul, mais industrializada, apresenta uma taxa de urbanização menor que a do centro-Oeste.

BRASIL EVOLUÇÃO REGIONAL DA URBANIZAÇÃO



Fonte: IBGE, 2000.

Observe na tabela como a Região Centro-Oeste se destaca por ter apresentado um ritmo intenso de urbanização últimas décadas.

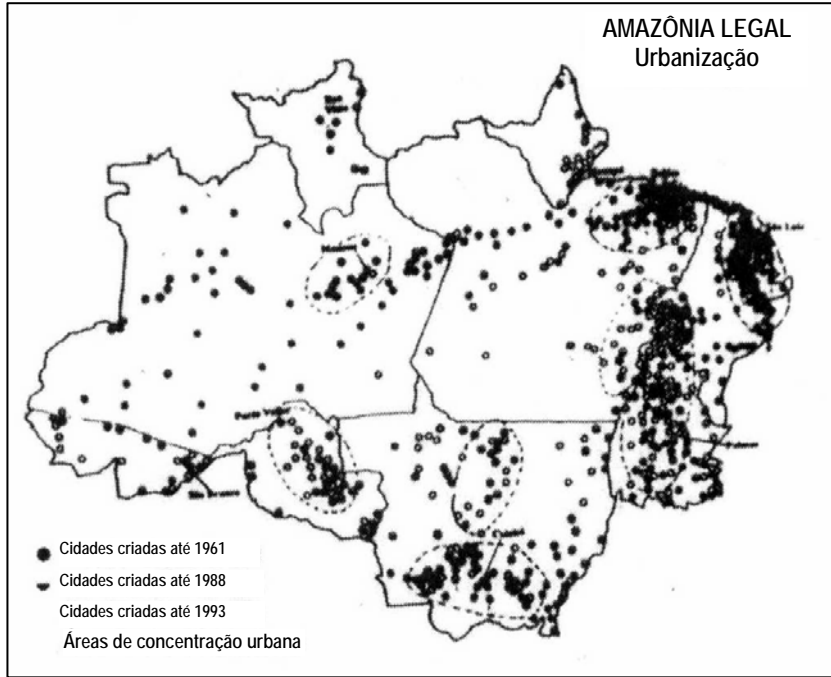
BRASIL - Taxa de Urbanização (%)			
<i>Regiões</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>Incremento do Período</i>
Norte	51,65	57,84	6,19
Nordeste	50,46	60,64	10,18
Sudeste	82,81	88,01	5,20
Sul	62,41	74,12	11,71
Centro-Oeste	67,79	79,16	11,37

Fonte: IBGE

BRASIL - Taxa de Urbanização (%)			
<i>Regiões</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>Incremento do Período</i>
Norte	57,84	69,7	11,86
Nordeste	60,64	68,1	7,46
Sudeste	88,01	90,5	2,49
Sul	74,12	80,9	6,78
Centro-Oeste	79,16	86,8	7,64

As tabelas servem também para destacar o ganho do ritmo do processo de urbanização na Região Norte, onde ao longo dos anos 1990 foi verificado um ritmo mais intenso de urbanização que o de qualquer outra grande região do país. Note no mapa a seguir com houve uma intensa multiplicação de centros urbanos na área da Amazônia Legal a partir dos anos 1970.

AMAZÔNIA LEGAL
Urbanização



No caso da Amazônia, a urbanização acelerada é resultado, principalmente, do sistemático processo de expropriação dos chamados "povos da floresta" e do fechamento da fronteira agrícola, expressão usada para destacar a dificuldade de acesso à terra por parte dos trabalhadores sem terra oriundos das regiões brasileiras de ocupação mais antiga. Essa expropriação tem explicação na ação criminosa de grandes latifundiários pecuaristas, da indústria madeireira e de mineração; agentes responsáveis por promover a concentração fundiária na região. Sem terra e sem floresta, as populações tradicionais da Amazônia se viram empurradas na direção de uma enorme quantidade de pequenos núcleos urbanos, que assim cresceram desordenadamente. Os trabalhadores sem terra tiveram, invariavelmente, o mesmo destino, ou seja, se aglomerarem em pequenos núcleos urbanos espalhados pela Amazônia, notadamente ao longo do chamado "Arco do Desmatamento". Pequenas cidades que cresceram aceleradamente nas últimas duas décadas, quase sempre sem a realização de qualquer melhoria de infra-estrutura. Verdadeiras "cidades favela".

Em geral, esses brasileiros violentados em seus costumes e modos de vida, cumprem o papel de servir de mão-de-obra barata para os grandes latifundiários, notadamente para os serviços de desmate da floresta, muitas vezes em condições análogas à escravidão. Esses mesmos brasileiros também são largamente ocupados na implantação de grandes projetos de infra-estrutura, como rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas etc.

c) Desconcentração na concentração.

Apesar de ser sentido em nível nacional, os processos associados aos ganhos de ritmo de crescimento e modernização das cidades pequenas e médias são verificados de modo mais acentuado na porção centro-sul do país. E, mais destacadamente, em áreas relativamente próximas às metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, onde estão instaladas as cidades médias que mais se beneficiaram com o movimento de dispersão dos capitais industriais a partir das grandes metrópoles do Sudeste. Dotadas de melhores condições de infra-estrutura, com significativa oferta de mão-de-obra qualificada e conectadas aos grandes mercados metropolitanos e aos portos do litoral de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná, essas cidades conseguiram polarizar mais intensamente esses grandes capitais. Inclusive os capitais industriais de empresas transacionais, que passaram a operar no mercado brasileiro a partir da implementação de políticas de maior inserção do país na economia-mundo globalizada a partir do começo dos anos 1990.

No mapa a seguir estão plotadas muitas dessas cidades de porte médio, que mais se beneficiaram com o processo de interiorização dos capitais industriais a partir das metrópoles do Rio de Janeiro e, principalmente, de São Paulo. É justamente o intenso crescimento do tecido urbano dessas cidades que abre toda uma perspectiva de formação de uma megalópole brasileira para os próximos anos.



Fonte: IBGE, Estimativa populacional 1998.

Para muitos geógrafos, a megalópole já existe de fato, apesar da conurbação física entre as RMs do Rio de Janeiro e de São Paulo não ter se consumado. Neste caso, o conceito de conurbação é flexibilizado e considera-se que o acentuado adensamento das redes entre as duas metrópoles, através do Vale do Paraíba, tenha levado a um nível tal de integração e "proximidade", que justificaria a menção a uma "megalópole brasileira".

A prova do vestibular 2006 da UFRJ trouxe uma nova discussão para essa questão. Levando em consideração o nível profundo de integração entre as regiões metropolitanas existentes dentro do Estado de São Paulo, a banca que elaborou a prova levantou a tese de formação de uma megalópole no eixo da chamada metrópole expandida, em torno da metrópole de São Paulo, da qual não faria parte a metrópole do Rio de Janeiro.

Regiões metropolitanas	Data de criação	nº de municípios	Município-sede
São Paulo	8/6/1973	39	São Paulo
Baixada Santista	30/7/1996	9	Santos
Campinas	19/6/2000	19	Campinas

Observe a argumentação da banca:

"Entre os argumentos dos que defendem a idéia de que uma megalópole estaria em formação no eixo Campinas, São Paulo e Santos encontram-se: o crescimento das Regiões metropolitanas de Campinas e Santos, assim como a de São Paulo, nas últimas décadas, e os intensos fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações existentes entre esses centros. Além disso, essas regiões metropolitanas estão muito mais próximas uma das outras do que do Rio de Janeiro. Soma -se a isso o que vem ocorrendo nas últimas décadas com a cidade do Rio de Janeiro, que perdeu sua importância como centro industrial e de serviços e como metrópole nacional."

